

Dinheiro da “troika” vai pagar “bolha imobiliária”, alerta Paulo Morais

Inserido em 03-03-2012 15:01



O membro Associação Transparência e Integridade diz que parte do dinheiro que a “troika” vai emprestar vai servir para pagar as imparidades dos bancos com os créditos imobiliários.

Boa parte do dinheiro que a “troika” vai emprestar a Portugal será usada para tentar resolver o problema da bolha imobiliária e que está longe de ser avaliada. Esta é a convicção de Paulo Morais, activista anticorrupção da TIAC – Associação Transparência e Integridade, que ontem se reuniu com membros do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Bruxelas, para discutir o fenómeno da corrupção em Portugal, especialmente no urbanismo e organização do território.

Um problema grave, com custos astronómicos e que serão os contribuintes a pagar. “Destes 170 mil milhões de euros de crédito imobiliário em Portugal há uma parte que naturalmente está salvaguardada, mas há uma outra parte que jamais será paga e muita dela representa justamente as imparidades no sistema financeiro”, alerta Paulo Morais.

Por isso, diz, “não haja dúvidas sobre essa matéria”. “Muito do dinheiro que a ‘troika’ vai emprestar ao Estado português, parte do qual vai para resolver os problemas dos bancos, talvez a parte mais relevante vai para tratar das imparidades que resultam de uma bolha imobiliária que muita gente diz que nem sequer existe”.

“Pois ela existe, tem uma dimensão da ordem das dezenas de milhares de milhões de euros”, defende Paulo Morais.

Para este activista anticorrupção o problema foi gerado pela especulação imobiliária e pela corrupção, ao nível central e local, na gestão do urbanismo ao longo de anos.

Se os erros do passado não têm solução, o futuro pode ser acautelado, diz Paulo Morais que defende uma simplificação legislativa, que evite que o negócio imobiliário, em Portugal, seja tão rentável como o da droga.

Para isso, sublinha, é preciso que a Assembleia da República legisle sobre a matéria rapidamente.

O grupo que ontem reuniu com o FMI já pediu também reuniões com o Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e com a Comissão Eventual de Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal.